UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO NORDESTE

ANA PAULA DOS REIS SILVA

ACESSO DOS POVOS INDÍGENAS AO 9° EDITAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO

Recife 2017

ANA PAULA DOS REIS SILVA

ACESSO DOS POVOS INDÍGENAS AO 9° EDITAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste,promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com o Ministério da Cultura, a Fundação Joaquim Nabuco, a Universidade de Pernambuco e a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, como requisito para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Marcos Moraes Valença

Recife
2017

ANA PAULA DOS REIS SILVA

ACESSO DOS POVOS INDÍGENAS AO 9° EDITAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentadocomo requisito parcial para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Aprovado em 17 de março de 2017.

Dedico este artigo aos povos indígenas do Estado de Pernambuco.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar aos idealizadores do Curso de Formação de Gestores do Nordeste, Silvana Meireles, Paulo Miguez e Isaura Botelho.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade – NEPE, Universidade Federal de Pernambuco, nas pessoas de Edson Silva, Alexandre Gomes e Renato Amram Athias que se empenham na formação dos alunos mesmo estando de férias, recesso e nos finais de semana.

A disponibilidade do meu orientador Marcos Valença em auxiliar nesse trabalho até mesmo de madrugada.

Meu agradecimento a minha família nas pessoas dos meus pais, Edson Quirino e Alcione Reis que muitas vezes foram privados do meu convívio para dedicação desse trabalho. Aos meus tios Luisinho, Lourdinha e Teresinha Reis que sempre me apóiam em tudo. Ao meu afilhado Gabriel que é meu pequeno grande príncipe que nas horas difíceis que pensei em desistir ver uma foto dele ou assistir um vídeo, fez tudo fica mais leve.

Deixo também meu agradecimento muito especial ao meu companheiro Sandro Coelho por compreender minhas ausências e aceitar todos os meus sonhos.

Ao povo Xukuru, na pessoa de Guilherme Xukuru por todas as respostas dadas durante as madrugadas, o povo Pankará por me dá acolhida durante a minha pesquisa e vivenciar sua realidade, nas pessoas de Sandrianne Lourenço e a Cacique do povo Pankará, e por último ao povo Pankararu, na pessoa de Alexandre Pankararu por sempre ser muito solicito em informações.

Por último, aos meus companheiros de trabalhos profissionais e acadêmicos Mário Jarbas, Janaína Guedes e Fernanda Matos por estarem presentes em todas as situações nesses últimos dois anos.

” E vocês, da sociedade dos brancos, também podem ajudar nessa luta. Primeiro, procurando se informar mais sobre a realidade de cada povo. Compreender o povo indígena. Os brancos precisam buscar, lá no fundo do coração deles, a verdade que existe e que tentam esconder.'”

Aurivan dos Santos Barros, líder Truká,

SILVA, Ana Paula dos Reis Silva. **ACESSO DOS POVOS INDÍGENAS AO 9° EDITAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO** (trinta e três páginas)p. il. 2017. Artigo Cientifico (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

Apresentamos aqui um estudo sobre o acesso dos povos indígenas como proponente de projetos para 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco 2015/2016. Por meio deste estudo será analisado os projetos inscritos e aprovados, além das funções ocupadas pelos profissionais indígenas dentro de cada equipe.

Palavras-chave: Funcultura Audiovisual. Indígenas. Pernambuco.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCINE	Agência Nacional de Cinema
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
FUNCULTURA	Fundo de Cultura do Estado de Pernambuco
FSA	Fundo Setorial do Audiovisual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIN	Posto Indígena de Nacionalização
SECULT-PE	Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco
SPI	Serviço de Proteção ao Índio

LISTA DE TABELAS

1	Tabela 1 - Dados sobre os projetos inscritos no 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco	26
2	Tabela 2 - Distribuição dos povos indígenas em Pernambuco	27

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	10
2	**POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE**	14
2.1.	Os povos indígenas da invisibilidade ao protagonismo	18
3	**HISTÓRICO DO EDITAL DO FUNCULTURA AUDIOVISUAL**	20
4	A situação atual do Audiovisual	21
4.1.	A visão geral do audiovisual em Pernambuco	22
4.2.	A situação dos indígenas com a produção audiovisual	25
5	**CONSIDERAÇÕES**	32
6	**REFERÊNCIAS**	33

1. INTRODUÇÃO

Há inúmeras críticas sobre à política de financiamento cultural do governo do Estado de Pernambuco por isso como gestora ligada à Gerência de Planejamento da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco (SECULT-PE), desde de 2011 até 2017, ocupando o cargo de assessora de monitoramento e muitas vezes respondendo também pelas demandas da Fundação do Patrimônio Histórico a Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), resolvi analisar os projetos inscritos e aprovados para o 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco 2015/2016 para avaliar o alcance junto aos povos indígenas. Ressalvo que minha preocupação não foi de analisar os indígenas como beneficiários das ações dos projetos aprovados, mas sim como proponentes que tiveram projetos aprovados nesse edital e assim passam ser protagonistas da sua história.

Há uma enorme diferença quando o proponente é um indígena porque ele sabe da realidade de seu povo e tem ideia como se encontra os demais por isso o projeto traz enorme impacto na realidade daquele grupo.

A decisão de estudar o acesso em especial dos povos indígenas ao Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura - FUNCULTURA, surgiu pelo trabalho desenvolvido entre 2011 a 2013. Durante esse período, monitorei os trabalhos para os povos tradicionais alicerçados em: 1. fomento e difusão nos territórios étnicos e nas áreas rurais, socialização de vivências dos mestres e dos grupos locais; 2. atividades formativas (rodas de diálogo e oficinas); 3. estudos e pesquisas; 4. reuniões e encontros de articulação com as entidades representativas e comunidades e 5. apoios culturais para continuidade das vivências culturais dos Povos Tradicionais.

O mais importante para a estruturação desse trabalho foi a escuta preciosa dos povos indígenas que muitas vezes foram desconfiados nas minhas abordagens em decorrência das experiências negativas de pesquisas que nunca retornaram a seus povos. O que facilitou meu acesso aos grupos étnicos, no momento da pesquisa, foi ser aluna do Curso de Extensão em Antropologia Indígena ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco. Tendo meus mestres não só como orientadores do estudo, como também minhas referências para chegar até as lideranças.

O Brasil apresenta um expressivo contingente de indígenas, tem 896,9 mil em todo o território nacional, somando a população residente tanto em terras indígenas (63,8%) quanto em cidades (36,2%), de acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Do total, 817,9 mil se autodeclararam índios no quesito cor ou raça e 78,9

mil, embora se declarassem de outra cor ou raça, principalmente parda (67,5%), se consideram indígenas pelas tradições e costumes.

Neste sentido, no Censo Demográfico 2010, aprimorou-se a investigação desse contingente populacional, inserindo o pertencimento étnico, a língua falada no domicílio e a localização geográfica, que são considerados critérios de identificação de população indígena nos censos nacionais de diversos países. São critérios aceitos pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A Convenção n° 169 e a resolução da OIT, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em l989, revê a Convenção n° 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos indígenas.

O pertencimento a um grupo social provem muito mais de critérios subjetivos do que quaisquer outros aspectos. Muitos não indígenas ao se casarem com índios adotaram os povos indígenas. Pude ver essa realidade de perto ao se autorizada a conviver com eles nas terras do povo Pankará em Itacuruba ou durante o Curso de Extensão em Antropologia Indígena realizada pela Universidade Federal de Pernambuco.

Segundo o IBGE, a população autodeclarada indígena, no Estado de Pernambuco é de 53 284 índios. Com 12 povos indígenas: Atikum, Pankararú, Entre Serras Pankararu , Fulni-ô, Pankará, Pancaiuká, Pipipã, Truká, Tuxá, Xukuru, Kambiwá e Kapinawá.

É relevante informar que os 12 povos indígenas são os reconhecidos, mas há muitos mais no Estado de Pernambuco. É comum ao trabalhar com os indígenas, eles falarem que tem família que mora na comunidade tal e lá também é índio. Não tem coragem de assumir a identidade porque tem medo de enfrentar toda uma situação de desrespeito imposta pela comunidade não indígena.

Por isso, a relevância de analisar quantos indígenas conseguem, ter acesso aos recursos do 9º Edital do Audiovisual de Pernambuco – Funcultura 2015/2016 que colocou na cadeia produtiva dessa linguagem R$ 19.980.000,00 (dezenove milhões, novecentos e oitenta mil reais), sendo 10 milhões pelo Governo do Estado por meio do Funcultura, e o restante pelo Fundo Setorial do Audiovisual – FSA/Agência Nacional do Cinema - ANCINE.

Ao todo, 431 projetos, de 33 municípios pernambucanos, de todas as Regiões de Desenvolvimento, foram inscritos neste edital.

Após a habilitação da fase documental, 358 propostas foram analisadas pelas comissões Técnicas e Temáticas, sendo 84 de Longa-metragem; 105 de Curta-metragem; 62 de Produtos para TV; 32 de Difusão; 29 de Formação; 7 de Pesquisa; 21 na categoria Revelando os Pernambucos, destinada a projetos de curtas e difusão pelas regiões do estado; e 18 de Desenvolvimento de Cineclubes.

O processo de seleção consistiu em três etapas: a análise documental, a análise de mérito e a defesa oral pelas equipes dos projetos.

A última fase de seleção contemplou a realização de 145 entrevistas para projetos de todas as categorias, com exceção de Desenvolvimento de Cineclubes e Revelando os Pernambucos, que não contam com essa fase de seleção.

Esse processo resultou na seleção de 101 projetos selecionados, sendo: 21 (Longa-metragem), 17 (curta-metragem), 10 (Difusão), 14 (Revelando os Pernambucos), 16 (Produtos para TV), 13 (Desenvolvimento do Cineclubismo), 08 (Formação) e 02 (Pesquisa).

Outro aspecto importante para a temática do trabalho é o estudo divulgado em 2016 pelas instituições Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) sobre o mercado audiovisual no Brasil. O estudo tem quatro temas principais: primeiro o mercado audiovisual no Brasil, segundo o impacto econômico do setor audiovisual no país, terceiro o mercado internacional e por último a qualidade das empresas de produção audiovisual independente brasileira.

O trabalho indica que área audiovisual está em crescimento, e foi motivadora pela geração direta de 98,7 mil empregos em regime de Consolidação de Leis Trabalhistas – CLT e 107,6 mil empregos indiretos em 2014. A remuneração média no setor chegou a R$ 3.685,02 em 2014. Estima-se que a receita das empresas do setor seja de cerca de R$ 42,7 bilhões de reis (em valores do final de 2015).

Também observa-se um acréscimo de 153% no volume de horas produzidas e registradas na Agência Nacional de Cinema no período de 2008 a 2014, atingindo 4.288 mil horas produzidas e registradas.

Logo a inclusão, no 9° edital do programa de desenvolvimento da produção audiovisual de Pernambuco, de ter pelo menos um projeto, em cada uma das categorias, para negros, indígenas e pessoas com deficiência, que atuem nas funções de direção, roteiro no

caso de projetos de obras audiovisuais e qualquer membro da equipe principal nas demais categorias do edital. Faz com que esses grupos em especial os indígenas sejam inseridos na vantajosa cadeia produtiva da linguagem de audiovisual.

2. OS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE

É necessário um resumo histórico de como os povos indígenas foram tratados no Nordeste e de como reverberou para sua invisibilidade. Entender o doloroso processo de perda das terras pode facilitar a compreensão da maneira como são tratados até hoje esses povos, vistos pelo consenso, em sua visão mais positiva, como caboclos[1], descendentes ou remanescentes de grupos que não existem mais, há também os termos pejorativos como são chamados grupos de vagabundos, desocupados e invasores de terras.

Seus grupos teriam sido ou exterminados fisicamente ou assimilados completamente à cultura e à sociedade regional, passando a compor o tipo humano e cultural do caboclo ou sertanejo (ARRUTI, 1995).

Descriminados pela sociedade não indígena, pela referência que a população tem de como índios destacamos os povos mais isolados do Norte do país. Especialmente nas cidades próximas às terras indígenas, os interesses das oligarquias nos territórios incentivaram a invisibilidade de populações etnicamente diferenciadas, ocasionando esses povos a terem, até hoje, sua identidade étnica questionada.

Embora as políticas públicas sejam norteadas para todo o país as peculiaridades do contato em relação aos povos indígenas na região Nordeste os tornaram um caso à parte na relação do Estado e com a sociedade não indígena. Local que começou a colonização, essa região passou pelas diversas políticas de pacificação e de assimilação dos povos indígenas, desde seu aprisionamento em aldeamentos até a progressiva expropriação de terras.

O prolongado contato dos povos indígenas, no Nordeste, com os colonizadores europeus, apesar de parecer um passado distante em relação aos eventos atuais, permite compreender de como esses povos foram alvo de esbulhos e violências direcionadas a lhes desvincular de sua organização social, cultural e territorial, em benefício das grandes oligarquias.

---

[1] A nomenclatura caboclo foi, durante anos, utilizada como discriminatória para se referir a uma população pobre de descendência indígena. Com o fortalecimento da mobilização dos povos no Nordeste, no entanto, esse termo foi apreendido pelos indígenas como um termo de indianidade no Nordeste.

Segundo Silva (1998), os aldeamentos realizados por missionários foram, durante um longo tempo, beneficiados pela conveniência de expansão portuguesa. Contar com a Igreja Católica Romana nas ações de amansar os indígenas nas missões foi primordial para a fixação européia no Brasil, que teve seu projeto colonial ampliando com a promulgação, em 1757, do Diretório Pombalino. A Lei do Marquês de Pombal finalizou com a escravidão indígena, removendo o poder dos missionários. Os indígenas passaram a ser coordenados por um diretor leigo nomeado pelo Governo Colonial. Ocorreu também mudanças direcionadas ao assimilacionismo dos indígenas, como o favorecimento de moradia de não índios, casamentos mistos e a obrigatoriedade dos índios ao trabalho agrícola e comércio.

No século XIX, em conseqüência dessa política orientada por sugestões pontuais do Governo Imperial aos Conselhos Provinciais, ocorreu uma expansão do poder das oligarquias locais, que, com a instituição do Ato Adicional de 1834, depois da abdicação de D.Pedro I, obtiveram o direito de legislar para os povos indígenas é estabelecida em 1845, com o Regimento das Missões, que pronuncia-se sobre as regras do Governo Imperial, estipulando a seleção de um Diretor Geral dos índios em cada província, o que permitiu uma série de acordos políticos em proveito dos dirigentes do poder local. A legislação determinou o agrupamento de aldeias e a venda de terras abandonadas pelos índios. Parcela dos aldeamentos também seria arrendada, pelo prazo de 13 anos, a terceiros, cabendo ao Diretor Geral comunicar os índios merecedores de lotes particulares. Com esses atos são perceptíveis a intenção de extinção da propriedade coletiva e a transferência de terras para os não índios.

Os povos indígenas no Nordeste contestaram os pensamentos solidificados na ideia do desaparecimento indígena na Região, após a extinção dos aldeamentos a partir do século XIX. Após muitos anos com suas mobilizações os índios obterão visibilidade no cenário sociopolítico regional e assim refutar os pensamentos que ainda advogam a inexistência ou gradual desaparecimento.

O golpe mais intenso em relação a expropriação de terras indígenas ocorreu com a criação da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, quando os proprietários de terras rurais tiveram que comprovar a posse de áreas e muitos índios se sentiram mais ameaçados. A regularização é uma atividade complexa que se somou a carência de funcionários e à oposição provincial por grupos políticos que não encaminhavam as informações determinadas por Lei. Ampliaram os atritos nessa ocasião, em virtude que os posseiros apresentavam documentos comprobatórios de posse dos antigos aldeamentos. Para dirimir a crise, o Governo Imperial adotou a extinção dos aldeamentos.

Foi feito o loteamento das terras e repartição dos lotes entre as famílias indígenas, o que colaborou para crescer a pressão dos não índios ocupantes que obtiveram documentos comprovando a posse de parte daquelas terras. Sem contar nos artifícios dos representantes locais que levaram muitos indígenas a serem destituídos mesmo do direito aos lotes, que, quando não passavam para o domínio de terceiros, eram inseridos aos patrimônios das câmaras municipais. Logo, no momento da demarcação, era comum que somente poucos indígenas eram contemplados, enquanto outras famílias se dispersavam.

Até o início do século XX, percebe-se uma gradativa extinção de aldeamentos e conseqüente silêncio oficial quanto aos povos indígenas no Nordeste. De acordo com Oliveira (1998) é somente no século XX que os índios têm a chance de novamente recorrer ao Governo para terem seus direitos assegurados, com o surgimento em 1910 do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Este órgão tinha como missão a integração dos indígenas de terras ainda não colonizadas. Diante do exposto, deixou de fora a região Nordeste que já tinha sido colonizada, não tendo a necessidade do auxílio de um órgão tutor. O processo mais efetivo da presença do órgão indigenista oficial entre os índios apenas será sentido a partir de 1920, quando da instituição de um Posto Indígena de Nacionalização – PIN entre os índios Fulni-ô, em Águas Belas em Pernambuco (OLIVEIRA, K.E., 2006).

O PIN de Águas Belas sinalizou o segundo processo de territorialização dos povos no Nordeste, o primeiro foi quando teve as missões com os aldeamentos entre os séculos XVII e início do XVIII (OLIVEIRA, 2004). Nesse momento, é importante ressaltar o apoio dado pelo Padre Alfredo Dâmaso que agiu junto às autoridades federais na sensibilização da instauração do PIN Fulni-ô. A ação do padre ocorreu em um período de pouco apoio aos povos indígenas, ele também atuou nos anos seguintes no amparo a outros povos no Nordeste, informando-os sobre as formas de serem reconhecidos pelo SPI e forneceu viagens dos indígenas à Capital Federal.

Esse método de territorialização apresentou o caráter diferenciado da relação, em que os índios que procuravam o órgão indigenista, e não o contrário, como era de fato a função do SPI. Essa situação expõe que os povos indígenas no Nordeste foram protagonista e não atores passivos nesse processo, já que influenciaram de maneira a assegurar vantagens do Estado como: alimentos, instrumentos agrícolas, meios de transporte e cacimbas d'água, mesmo sendo vistos como índios já inseridos à sociedade não indígena.

O SPI reconheceu os povos indígenas do Nordeste em virtude de vários elementos que determinavam um modo de ser que os legitimavam enquanto índios. Essa indianidade induziu na organização da divisão política nas aldeias, incluindo três papéis distintos, que eram do

cacique, do pajé e do conselheiro, tomados como peculiarmente indígenas. Outro aspecto significativo desse modo de ser é a tradição cultural partilhada pelos povos, tendo como exemplo simbólico forte no Nordeste o ritual do Toré, existente em grande parcela dos grupos na região.

O Toré simboliza uma das expressões identitárias mais intensa entre os índios no Nordeste. É sinalizado como dança, ritual ou religião, entre as inúmeras especificações apontadas pelos próprios indígenas, caracteriza-se como um sinal diacrítico presente em uma parcela significativa dos povos na região Nordeste, se bem que há peculiaridades para cada grupo. É importante compreender que os povos indígenas compartilham esse ritual na sua essência, porém cada povo traz suas particularidades que são inseridas nas suas manifestações culturais.

Esse momento de reconhecimento, entre 1920 e 1957, com a implantação de Postos do SPI em vários povos, serviu como marco para o reaparecimento dos povos no Nordeste e também no cenário da política indigenista.

No período de 1970 a 1980 que apareceu o terceiro movimento de territorialização, com os denominados índios emergentes, até este momento não identificados pelo SPI, porém não menos índios (OLIVEIRA, 2004). Esses grupos, em parceria com aqueles já reconhecidos pelo órgão indigenista, fortaleceram para atuarem juntos na defesa dos seus direitos, tiveram como principal demanda a questão da terra.

Até mesmo dentro do próprio Conselho Indigenista, a relação com os índios no Nordeste teve uma forte resistência que só após 10 anos de sua fundação, começou a se empenhar na situação dos indígenas nessa região.

Outra dificuldade de visibilidade dos povos na região Nordeste refletiu no campo acadêmico. Havia poucos trabalhos realizados pelos antropólogos brasileiros que colocavam em segundo plano os estudos sobre indígenas no Nordeste. Avaliados como pouco diferenciados da comunidade não indígena, eram vistos como destinados a serem agregados pela sociedade brasileira.

Essa ótica assimilacionista, contudo, foi sendo desarticulada, pelo viés do fortalecimento das reivindicações políticas dos povos indígenas, ainda no começo da década de 1980. Os grupos étnicos não são mais vistos por sua distintividade cultural, porém por elementos simbólicos e políticos que são conseqüência de um fortalecimento da identidade étnica. Essa mobilização tem finalidades específicas como a questão da legalização de territórios indígenas no Nordeste e a assistência do Governo Federal nas áreas de saúde e educação.

É importante as questões de saúde e educação serem tratadas no âmbito federal em virtude que os interesses locais/municipais muitas vezes são prejudiciais aos índios. Sendo para eles colocados em último plano os auxílios nessas áreas.

Percebe-se que as questões indígenas no Nordeste são muito renegadas, sejam por não se enquadrarem nas demandas de proteção às fronteiras do País, ou por estarem em territórios pequenos em relação àqueles da Amazônia tão cobiçados economicamente ou até mesmo pela pouca distintividade cultural, que os colocava como um problema em vias de extinção com sua assimilação ao grupo não indígena. A situação é que os indígenas no Nordeste foram observados durante muitos anos em várias esferas como política, social, acadêmica mais como uma questão residual.

Se consideramos todos os povos que despontam para uma revitalização étnica e para conseqüentemente mobilização política para seu reconhecimento oficial, seguido de demarcação de terras, os índios no Nordeste já deixaram de ser uma questão residual.

2.1. OS POVOS INDÍGENAS DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

A imensa diversidade de populações indígenas no Brasil impedia não só o propósito de uma política de caráter geral, como também a concepção de uma única imagem de índio condizente com os ideais da nova nação. Com a finalidade de refletir sobre a posição dos povos indígenas na história, julgando sua invisibilidade enquanto atores no contexto histórico do século XIX e o protagonismo obtido na atualidade.

Durante todo tempo, os povos indígenas agiam e reagiam de modos diversos às inúmeras maneiras de formulação da política para eles pautada. Brigavam e continuavam reivindicando direitos na justiça no estado de índios, no mesmo momento em que discursos políticos tratavam-nos como desaparecidos, como conseqüência do processo de civilização e mestiçagem.

Motivos políticos, ideológicos e socioeconômicos foram os alicerces para a concepção de discursos e imagens sobre os grupos étnicos que ajudaram para lhes retirar o papel de atores da história. Hoje, essas ideias estão sendo desconstruídas através da mobilização desses povos.

Percebe-se que os índios estão transitando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonista da sua história. Com a influência do pensamento de John Monteiro inúmeras pesquisas e teses foram tratar os indígenas como atores ativos de sua dinâmica de vida.

Alguns grupos, no Nordeste, resgatam suas identidades indígenas com fundamento nas antigas aldeias missionárias do período colonial que foram anunciadas extintas pela condição de mistura e civilização dos seus habitantes. Como também pelos estudos obtidos pelos inúmeros orientandos de John Monteiro, antropólogo e historiador que morreu em 2013, mas deixou um legado para os indígenas.

Os índios ao invés de sumir como presumido por teorias assimilacionistas, chegaram ao ano de 2016 crescendo, conforme dados já expostos do IBGE. Isso reflete as garantias dadas pela Constituição de 1988, que pela primeira vez assegurou, o direito a diferença, dando educação, saúde, e o mais importante as suas terras coletivas.

Os movimentos sociais e políticos dos povos indígenas pressionaram os parlamentares para que assegurassem os direitos indígenas na Constituição Federal. É preciso, no entanto, que tenhamos em mente que a análise sobre os movimentos indígenas não se estabelece através de uma perspectiva de homogeneidade. Durante muito tempo, sustentou-se no senso comum, e em algumas instituições estatais, que as populações indígenas são marcadas por uma unidade, livres de contradições. O Estado tem que manter suas relações com os indígenas respeitando as particularidades de cada povo.

A ligação dos índios com os órgãos públicos no Brasil ainda demonstra um movimento pouco afinado nas estratégias de confrontação dos meandros burocráticos do País, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988. O Estado ainda vem dialogando com os povos indígenas de uma forma ambígua a relação entre poder público e grupos indígenas, até pela pluralidade de posicionamentos dos órgãos estatais, por vezes são desencontrados ou até mesmo contraditórios dentro de uma mesma instituição.

Percebe-se que a mobilização indígena ainda carece de um posicionamento mais ativo em suas reivindicações, facilmente sufocadas pelos meandros políticos que conseguem transformar momentos de reivindicações legítimas em um palco de discursos pouco producentes, que mais funciona à legitimação do poder vigente pelos representantes do Estado que a diálogo qualificado sobre as reais problemáticas indígenas.

Por isso é importante a capacitação das lideranças para saberem lidar com as agências estatais, compreendendo suas dinâmicas burocráticas e suas morosidades na construção de uma política pública.

3. HISTÓRICO DO EDITAL DO FUNCULTURA AUDIOVISUAL

A Lei 12.310/2002 instituiu o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA, mecanismo de natureza financeira e contábil, com prazo indeterminado de duração, criado com a finalidade de incentivar e estimular a cultura pernambucana. O recurso se dá como parte da renúncia fiscal relativa à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O Funcultura traz o fortalecimento de mecanismos de controle e gestão compartilhada sobre a aplicação dos recursos com a participação ativa da classe artística. Esse padrão de gestão compartilhada é visto através da Comissão Deliberativa.

Os projetos culturais apresentados por produtores culturais,são analisados e selecionados por uma Comissão Deliberativa, constituída, de forma tripartite e isonômica, por representantes de órgãos do Governo do Estado, de instituições culturais e de entidades representativas de artistas e produtores culturais, composta por 15 (quinze) membros efetivos, e igual número de suplentes.

O Programa de Fomento à Produção Audiovisual de Pernambuco contempla toda a cadeia produtiva do setor, incentivando a produção de filmes de curta e longa-metragem, programas para TV, além de projetos a difusão (cineclubes, festivais, mostras), pesquisa e formação.

O primeiro edital do Funcultura Audiovisual foi lançado em 2007, reservou a importância de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), distribuídos entre 29 projetos. Em 2008, o edital destinou R$ 4 milhões para 47 projetos. Em 2009, foram R$ 6 milhões para 61 projetos. Em 2010, o edital R$ 8 milhões para 82 projetos. Em 2011, o edital alcançou o valor de R$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais), distribuídos entre 103 projetos. Em 2012 e 2013, o valor foi mantido, beneficiando respectivamente 112 e 119 projetos. Em 2014, foram 112 selecionados, com o valor de R$ 20.050.000,00 (vinte milhões e cinquenta mil reais). Sendo, R$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais) oriundos do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura) e R$ 8.550.000,00 (oito milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), mantido pela Agência Nacional de Cinema (Ancine), órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Os recursos do FSA são destinados especificamente às categorias longa-metragem e produtos para televisão. Em 2015, foram 101 projetos aprovados, com o recurso de 19

milhões e 980 mil reais. Sendo R$ 9.980.000 milhões oriundos do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA/Ancine, e se destinam exclusivamente ao incentivo de projetos em longa-metragem e produtos para TV e RS 10.000.000,00 (dez milhões) oriundos do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura).

O artigo científico irá tratar do 9° edital do programa de desenvolvimento da produção audiovisual de Pernambuco, edição 2015/2016, a partir desse edital é possível aferir quantos indígenas foram proponentes dos projetos encaminhados já que no seu formulário tem um campo específico.

Outra novidade trazida pelo edital foi a priorização de pelo menos um projeto, em cada uma das categorias, para negros, pessoas com deficiência e indígenas, que atuem nas funções de direção ou roteiro no caso de projetos de obras audiovisuais e nas demais categorias como membro da equipe principal.

4. A SITUAÇÃO ATUAL DO AUDIOVISUAL

O estudo tem quatro temas principais: primeiro o mercado audiovisual no Brasil, segundo o impacto econômico do setor audiovisual no país, terceiro o mercado internacional e por último a qualidade das empresas de produção audiovisual independente brasileira.

Para a melhor compreensão do artigo a parte II que aborda o impacto econômico do setor audiovisual no país. Essa parte do estudo, no setor audiovisual, buscou criar informações econômicas do setor e seus segmentos.

O valor do montante salarial produzido no setor passou de R$ 3,26 bilhões, em 2007, para R$ 4,36 bilhões em 2014. Isso representa um acréscimo de 34%.

Ao analisar a distribuição da massa salarial na área, percebe-se em 2014 que o segmento de TV Aberta concentra 73% do total. Depois aparece o segmento de produção e pós produção, que concentra 7,6% da massa salarial do setor.

A importância auferida no setor passou em 2007 de R$ 3.065,21 para 2014 o valor de R$ 3.685,02.

A linguagem audiovisual ampliou sua participação, na economia brasileira, de 0,4% em 2010, para 0,44% em 2014. Percebe-se um acréscimo considerável de 10% no setor.

Calcula-se que a receita das instituições que trabalham com audiovisual é de aproximadamente de R$ 42,7 bilhões de reais, em 2015. O valor acrescido do setor na

economia brasileira, então de R$ 20,8 bilhões, com cerca de R$ 6,6 bilhões em remuneração direta.

Nessa hipótese, estipulou-se também que o valor recolhido em impostos direto seria de R$ 2,13 bilhões e os impostos indireto seriam R$ 1,25 bilhão.

Logo é muito rentável para o país em especial para Pernambuco investir na área audiovisual porque os ganhos financeiros são rentáveis para a instituição que trabalha e para o local que tem sua economia movimentada.

O crescimento na área de audiovisual vem da facilidade em que as pessoas incorporam essa linguagem na sua dinâmica de vida.

4.1. A VISÃO GERAL DO AUDIOVISUAL EM PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco é um pólo de diversidade cultural e de expressões artísticas, quando se trata de produção audiovisual e cinematográfica a cidade ascende para o título de destaques entre os mundial como Amarelo Manga de Cláudio de Assis; Cinemas, Aspirinas e Urubus de Marcelo Gomes e Árido Movie de Lírio Ferreira. Este último também realizou junto com Paulo Caldas o fascinante Baile Perfumado, filme que, de certa forma, quando se fala de longa metragem, reabriu as portas do cinema pernambucano.

Temos ainda o polêmico Baixio das Bestas e o poético subversivo Febre do Rato ambos também do diretor Cláudio Assis e, o intencionalmente falado O som ao redor de Kleber Mendonça Filho.

A criatividade dos cineastas pernambucanos fez com que eles dominassem a cena de premiação do Festival de Brasília por dois anos seguidos. Em 2012, os longas-metragens Eles voltam, de Marcelo Lordello, e Era uma Vez Eu, Verônica de Marcelo Gomes, dividiram os prêmios melhor filme.

Em 2013, enquanto o filme Amor, Plástico e Barulho, de Renata Pinheiro, conquistava três Candangos na Mostra Competitiva de Ficção, O Mestre e o Divino, de Tiago Campos, ganhava o Candango de Melhor Filme de Mostra Competitiva de Documentários.

Por isso a importância de estudar o Funcultura, em especial o 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco, que aporta um valor significativo de recursos na área de audiovisual possibilitando que os cineastas pernambucanos obtenham premiações nacionais e internacionais. Damos aqui destaque ao filme O Mestre e o Divino por ter como um dos cineastas um indígena.

Pelos relatos acima pouco se fala da produção de cineastas indígenas pernambucanos, isso se dá também no número obtido de projetos aprovados por proponentes indígenas, no Funcultura Audiovisual 2015/2016, somente um proponente indígena, povo Atikum, conseguiu ter seu projeto aprovado.

O filme Derrubada Não! É um curta documentário digital de alta definição com duração de 15 minutos que questiona a finalidade do gesto artístico de um indígena como ato de resistência. Tal gesto se junta aos rituais do povo Atikum na reconquista do seu território, de sua língua e de um passado histórico comum. O filme está sendo produzido no município de Carnaubeira da Penha, Sertão de Pernambuco.

Percebe-se que o filme é um espaço de reafirmação de três elementos importantes para povo Atikum. O filme permite que a comunidade se veja e repense sua trajetória quanto povo.

Também foi analisado os projetos inscritos, no 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco, para sabemos quantos indígenas faziam parte da equipe de cada projeto e quais as funções exerciam, esse trabalho de coleta de informações foi realizada pela Coordenação de Audiovisual ligada a Gerência de Política Cultural. Os dados encontrados estão expostos na tabela abaixo:

Tabela 1: Dados sobre os projetos inscritos no 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco

Categoria	Projetos Inscritos (Total)	Projetos que tem indígenas na equipe	Quantidade de profissionais indígenas	Funções exercidas pelos indígenas	Percentual de Projetos por Categoria
Longa Metragem	**92**	**1**	**1**	**(1) Produtor**	**1,08%**
Curta Metragem	**120**	**4**	**4**	**(2) Direção, (3) Roteiros, (1) Artista, (1)Pesquisador, (1) Colaborador de roteiro**	**3,33%**
Produtos para TV	**78**	**1**	**2**	**(1) Direção, (1) Roteiro**	**1,28%**
Difusão	**38**	**0**	**0**	**0**	**0**
Formação	**35**	**1**	**1**	**(1) Oficineira**	**1,85%**

Pesquisa	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Preservação	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Revelando os Pernambucos	**30**	**3**	**5**	**(2) Diretores, (2) Roteiristas, (2) Produção**	**10%**
Des. Cineclubismo	**29**	**1**	**1**	**(1)Produção**	**3,44%**
Total	**431**	**11**	**14**	**19**	**2,5%**

O percentual de 2,5% de projetos inscritos com participação de indígenas é muito baixo por isso a relevância de estudar o 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco. Já que o Estado cabe atuar como indutor nas relações das iniciativas culturais e com isso mudar a realidade dos cidadãos.

Oficialmente em Pernambuco há doze povos indígenas e somente um povo foi beneficiado com o Funcultura, no o 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco. O mais espantoso é que dos 12 povos o que mais tem ligação com a área audiovisual são quatro etnias Fulni-ô, Xukuru, Pankararu e Truká. Nenhuma delas foram contempladas pelo edital estudado.

Vejamos quem são os doze povos, o quantitativo de sua população e a distribuição no Estado de Pernambuco:

Tabela 2: Distribuição dos povos indígenas em Pernambuco

Povo	População	Localização
Kapinawá	3.283	Buíque, Tupanatinga e Ibimirim
Xukuru	12.000	Pesqueira
Fulni-ô	4.260	Águas Belas
Tuxá	261	Inajá
Kambiwá	2.911	Ibimirim e Inajá
Pipipã	1.195	Floresta
Pankararu	5.500	Petrolândia, Tacaratu e Jatobá
Pankararu Entre Serras	1.500	Petrolândia

Pancaiuká	150	Jatobá
Atikum	4.631	Carnaubeira da Penha e Itacuruba
Pankará	5.000 e 300	Carnaubeira da Penha e Itacuruba
Truká	5.986 e 250	Cabrobó e Orocó

Fonte: Dezembro 2012, Revista Guerreira: A Força da Mulher Indígena. Realização Centro de Cultura Luiz Freire

Diante dos dados obtidos, fomos conversar com as lideranças indígenas a fim de identificar quais seriam as dificuldades encontradas por cada povo para acessar o edital do Funcultura.

4.2. A SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS COM A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Ao tratar da situação dos indígenas na área de audiovisual é importante conhecer o trabalho realizado pelo Vídeo nas Aldeias – VNA que permitiu a formação de cineastas indígenas. O mais importante o surgimento da figura de idealizadores indígenas no campo do audiovisual.

Em 1986, surgiu Vídeo nas Aldeias é um projeto inovador no campo audiovisual indígena no País. A finalidade é incentivar as lutas dos grupos indígenas para garantir suas identidades, seus patrimônios territoriais e culturais através da linguagem audiovisual.

O Vídeo nas Aldeias é hoje uma escola de cinema para idealizadores indígenas. No começo Vicent Carelli fazia vídeos, no Mato Grosso do Sul, e depois apresentava as filmagens a comunidade indígena. Essa ação gerou uma mobilização coletiva de interesse em aprender a filmar e relatar a dinâmica daquele grupo. Foi espontaneamente se formando o projeto de produção compartilhada a medida que foi aparecendo demandas dos índios das comunidades de se apropriarem das ferramentas ligadas ao audiovisual.

Em 1997, foi feita a primeira capacitação na aldeia Xavante de Sangradouro no Mato Grosso. O Vídeo nas Aldeias ofereceu equipamentos de exibição e câmeras de vídeo para as comunidades indígenas e daí gerou uma rede de distribuição dos vídeos.

Por esse trabalho obteve o Prêmio Unesco pelo respeito à diversidade cultural e pela busca de relações de paz interétnicas.

Desde dos anos de 1990, existe um modelo de trabalho rico e consolidado, porém não necessariamente sistematizado que conta com a escuta das demandas locais de cada grupo indígena. Funciona com o modelo de oficinas de vídeos com a proposta de se aliar as comunidades que tenham interesses de realização desse trabalho.

Em 2000, o Vídeo nas Aldeias se organizou como Organização Não Governamental - ONG. É relevante acompanhar toda a trajetória da instituição pelo rico acervo de imagens que permitiu uma coleção de mais de 70 filmes, muitos deles com premiações nacionais e internacionais.

Desde o Programa de índio criado para televisão em 1995, até a atual Coleção Cineastas Indígenas, há também as oficinas de capacitações na área de filmagem e de edição, em parceria com ONGs e Associações Indígenas.

O processo foi lento até chegar na formatação que se encontra hoje de uma escola de cinema para indígenas e se tornou também uma referência na área audiovisual indígena.

O projeto não se oferece para os grupos étnicos e sim é demandado por eles. É uma demanda local de pertencimento de quem quer ser visto. O Vídeo nas Aldeias estrutura tecnicamente e financeiramente os grupos indígenas para propiciar a produção audiovisual, tanto nacional como internacional. Tem como alicerces de trabalho três campos de ações: formação, produção e divulgação.

A preferência é possibilitar uma formação de excelência, com treinamento contínuo mediante a formatação em quatro etapas: roteiro, captação de imagens, análise crítica do material e edição.

A formatação do Vídeo nas Aldeias é dar oficinas longas dentro da própria comunidade indígena. Primeiro uma oficina para uso da câmera que dura no mínimo 3 semanas de aulas intensivas dentro da comunidade. Depois são as oficinas de montagem que duram mais um mês e por fim as edições são realizadas na sede do Vídeo nas Aldeias em Olinda – Pernambuco.

As oficinas dadas pela equipe Vídeo nas aldeias foi muito requisitada pelos povos no ano de 2000 e com isso formou uma geração de cineastas reconhecidos que circularam o mundo.

Outra importante contribuição do Vídeo nas Aldeias é a possibilidade de intercâmbio entre os grupos étnicos por meio da distribuição do acervo de vídeos para as comunidades e associações indígenas. Além de distribuir os filmes na mídia em geral e assim permitir que a sociedade não indígena tenha conhecimento da dinâmica de vida dos inúmeros povos indígenas.

Os filmes produzidos por esses cineastas indígenas não são filmes que tem como objetivo denunciar a situação das suas comunidades. Os filmes são fundamentados no cotidiano das pessoas e contam histórias que tanto pode ser de rituais ou cosmológicos.

A câmera passa a ser parte do cotidiano da comunidade e as histórias retratadas tem uma temática do dia a dia deles. O que se percebe é que os cineastas indígenas são muito atentos a dinâmica da vida como exemplo a relação dos índios com aposentadoria ou a preparação para um dado ritual.

O principal papel político dos filmes produzidos pelos cineastas indígenas é humanizar as pessoas envolvidas, retirando a visão que muitos têm de índios isolados. O racismo ligado aos indígenas é um tipo bem diferente do que é visto para os negros já que os índios ora são vistos como selvagens, ora como assimilados a cultura não indígena. Nunca é algo equilibrado em relação aos indígenas, daí a relevância desses filmes.

Às vezes, os filmes com a temática de denúncia é feito por esses cineastas, porém é um fato mais raro.

Existe uma produção de umas dezenas de filmes produzidos por cineastas indígenas que circularam na televisão.

As atividades desenvolvidas pelo Vídeo nas Aldeias tiveram uma retração com a saída dos apoios internacionais como da Noruega que por questões internas do grupo indígena Sámi durante 25 anos apoiou financeiramente os projetos de autonomia indígena na América Latina principalmente na Amazônia.

Durante o Governo do presidente Lula, o Ministério da Cultura incentivou as oficinas formativas dadas pela equipe do Vídeo nas Aldeias, o trabalho cresceu muito e consolidou o lugar do idealizador indígena que antes não tinha no País.

O trabalho desenvolvido pelo Vídeo nas Aldeias tem sido cada vez mais difícil de executar, e até a compra de equipamento não tem ocorrido em virtude do não financiamento principalmente público.

Agora a equipe do Vídeo nas Aldeias e o coletivo de cineastas indígenas é colocado em segundo plano com a retomada neo liberal da atual gestão.

O Vídeo nas Aldeias continua sendo uma escola para indígenas a fim de promover atividades formativas com financiamento principalmente dos filmes por eles produzidos. Paralelo aos filmes que contam a história do cotidiano, tem toda outra produção que é mais narrativa que relata processos mais amplos algumas delas em colaboração com cienastas indígenas.

A crítica feita às produções realizadas pelo Vídeos nas Aldeias é que os povos trabalhados estão dentro do senso comum de estereotipo indígena. A resposta dada pelo integrante da equipe do Vídeo nas Aldeias é que houve uma reflexão interna, porém compreende que pelo contingenciamento histórico de equipe pouco trabalhou com índios urbanos que são o mais vigentes no Nordeste. Isso ocorre pelo contexto histórico já apresentado no trabalho.

Ao ser questionado também pelo fato que o Vídeo nas Aldeias pouco trabalhou com os inúmeros povos indígenas do Estado de Pernambuco, sede da instituição, a resposta dada foi: o relato do membro da equipe do Vídeo nas Aldeias que há sim uma experiência de trabalho no povo truká que rendeu um filme chamado índio mais um tiquinho. Esse filme foi muito complexo pois teve como temática o que é ser índio dentro de um entorno não indígena. O trabalho ocorreu com muitos problemas e a comunidade entrou em crise com o filme.

Por isso a relevância de compreender um pouco dos aspectos históricos dos povos indígenas do Nordeste e assim ter sua própria análise sobre a invisibilidade dada para eles.

A ideia principal dos filmes produzidos pela equipe dos Vídeo nas Aldeias é dar lugar de fala para o indígena que ainda não tem esse espaço assegurado.

Ainda foi produzido por cineastas indígenas em parceria com Vídeo nas Aldeias uma série de filmes indígenas que hoje consta com um acervo de 8 DVDs, mas na época ainda com 5 DVDs, conseguiram aprovar um projeto pela Petrobras com lei de incentivo e encaminhar para 3.000 escolas no Brasil. Foi uma mega operação de entrar em contato com as escolas, criar uma chamada, inserir os professores no processo, conversar com os diretores e encaminhar para as escolas. O produto desse empenho foi mais demanda de informações sobre os indígenas por parte dos alunos. Os professores relataram que nos debates ocorreram vários questionamentos dos alunos desde a questão de evangelização dos povos indígenas e até mesmo sobre a nudez deles.

Uma iniciativa como essa é algo que muda a maneira de pensar de toda uma coletividade não indígena ao permitir que se tenha conhecimento de outras dinâmicas de vidas. Já que a aldeia é um espaço público em que os indígenas lá inseridos não ser vêem como indivíduos e sim como um grupo. Infelizmente devido ao fim dos financiamentos da Petrobras a prática de incorporar novas escolas foi interrompida.

A TV Brasil adquiriu o direito de alguns filmes produzidos pela equipe do Vídeo nas Aldeias e exibiu. É verdade que ainda é muito precária a divulgação de filmes produzidos por cineastas indígenas.

Diante do exposto, no Governo Lula foi cogitado a situação de se criar um canal de televisão indígena mas com as mudanças ocorridas não foi implementada a ideia.

Há duas produções resultantes do trabalho desenvolvido pela equipe Vídeo nas Aldeias em cartaz nas salas de cinema de 2016: O Mestre e o Divino, de Tiago Campos e Martírio, de Vicent Carelli.

Em relação ao filme O Mestre e o Divino, a idéia de filme nasceu quando Tiago fazia um documentário, no Mato Grosso, com o xavante Divino Tseerwahú, que havia sido seu aluno. Durante a realização do filme, sobre um ritual, Divino relata para Tiago que há uma pessoa que filma a rotina da comunidade. A pessoa relatada é o missionário alemão Adalbert Heide que de 1957 até hoje, está inserido nesse povo indígena.

A grande sacada de Tiago foi promove o confronto lúdico entre Adalbert e Divino, que disputam a glória de melhor cineasta da aldeia. Esse filme também teve o aporte financeiro do Funcultura.

Outro filme produzido pelo Vídeo nas Aldeias Martírio começou com financiamento coletivo e depois recorreu ao Funcultura. Tem tido uma ótima aceitação nos festivais e cinemas.

A partir da formação dos cineastas indígenas, o audiovisual se tornou um importante instrumento de registro de tradições e rituais para as comunidades. Ao mesmo tempo, uma ferramenta de defesa, tornando-os capazes de produzir provas contra violações de pistoleiros e fazendeiros, como mostra o documentário "Martírio"

A receptividade para festivais está muito grande, inclusive com pedidos para a participação do filme Martírio e recebimento de alguns prêmios.

Temos inclusive no edital que está sendo estudado um filme na categoria longa-metragem chamado Adeus, Capitão que é o último de uma trilogia composta por Corumbiara (2009), Martírio (2016) que aborda casos emblemáticos do indigenismo brasileiro vividos pelo indigenista

É relevante ressaltar que apesar do momento atual do Vídeo nas Aldeias após a retirada do financiamento da Noruega que dava a sustentação dos custos básicos da sede do Vídeo nas Aldeias.

Os valores anualmente estavam diminuindo até chegar ao ponto de interrupção de financiamento da Noruega.

Outra situação adversa foi a não contemplação do projeto Vídeo nas Aldeias em editais, resultaram na escolha de fechar a sede, em 2016, para diminuir custos.

A permanência de 30 anos do Vídeo nas Aldeias se deu principalmente por ter uma equipe pequena mais muito empenhada. Diante das dificuldades econômicas encontradas pelo grupo do Vídeo nas Aldeias a estratégia agora é recolher.

Essa postura de fechar a sede não ocorreu de forma abrupta, provem de inúmeras situações de adversidades ocorridas durante a trajetória da instituição.

Um dos infortúnios encontrado pelo Vídeo nas Aldeias foi ter sido impedido pelo Estatuto do Fundo Setorial do Audiovisual, ligado Ancine que aporta muito dinheiro na cadeia produtiva do audiovisual, de se inscrever em um edital para séries de TV com temas indígenas.

O decreto publicado em 2011, pela ex presidente Dilma Rousseff, que alterou as normas do repasse de dinheiro federal a entidades não governamentais, prejudicou a execução do trabalho desenvolvido pelo Vídeo nas Aldeias.

Antes desse decreto, o projeto conseguia repasses de dinheiro do Ministério da Cultura - MinC através de convênio.

Com a criação da Política Nacional de Cultura Viva, criada pelo MinC, o Vídeo nas Aldeias tornou-se Pontão de Cultura. Durante o convênio, a entidade recebeu mais de um milhão.

A equipe do VNA tem tentado obter recursos de outras formas, como os projetos de reparação de dano ambiental, mas mesmo assim ainda não obtiveram uma saída que permita dar andamento de suas ações formativas e de fornecimento de equipamento de filmagem para grupos indígenas em todo País. Há o apoio financeiro oriundo do Funcultura para produção de vídeos mas não para atividades formativas.

A dificuldade é que os espaços de financiamento que restaram para Vídeo nas Aldeias dão apenas subsídios para projetos pontuais mas não permitem ações contínuas de formação.

Um dos projetos interrompidos pela falta de recursos é a digitalização do material produzido ao longo dos anos para que ele retorne às comunidades e seja exibido para seus habitantes.

Outro projeto é o mapeamento da produção cinematográfica indígena em todo o país, que vinha sendo discutida pelo Vídeo nas Aldeias com a Ancine e o Ministério da Cultura.

Esse descompasso com o alcance obtido por todo trabalho desenvolvido pela equipe do Vídeo nas Aldeias com a parceria de vários povos indígenas e a situação atual do Vídeo nas Aldeias. Aponta para a necessidade de criação de uma política de fomento pensada especificamente para o cinema indígena, como defende Vicent Carelli.

A concorrência em editais, envolvendo muitas etapas burocráticas dificulta o acesso dos povos indígenas para que tenham acesso às verbas da política pública destinadas para área de audiovisual como veremos em relação aos demais povos de Pernambuco.

Nas pesquisas realizadas encontrei a linguagem do audiovisual muito forte em quatro etnias Fulni-ô, Xukuru, Pankararu e Truká. Cada povo trata da linguagem audiovisual de forma distinta.

A etnia Fulni-ô é parceira do projeto Vídeo nas Aldeias, criado em 1986, e precursor na área de produção de audiovisual no Brasil.

Ororubá filmes do povo xukuru é uma organização sem fins lucrativos que registrar os acontecimentos, servindo como fontes de pesquisa, possibilitando compreender as visões que os indígenas têm, as leituras que eles fazem de momentos e da dinâmica das relações sociais, em que estiverem e estão inseridos.

No povo Pankararu, o trabalho na área de filmes tem sido conduzido por Alexandre Pankararu é um dos fundadores do www.indiosonline.org.br/, site originário do povo indígena Pankararu, da Bahia, hoje um canal de acesso à informação dedicada a todas as tribos e interessados em geral. Ele é natural de Pernambuco e tem sido um dos precursores da inserção da mídia digital como fonte de registro na sua etnia. O trabalho desenvolvido por Alexandre é de incentivar o registro das práticas de cada povo, como pude observar na oficina realizada por ele no povo Pankará, no município de Itacuruba. As atividades formativas, na área de audiovisual, só ocorrem pelo empenho particular de Alexandre e a vontade de cada povo registrar as suas particularidades. Conforme relato de Alexandre a sua paixão na área de cinema ocorreu com o trabalho desenvolvido pelo Vídeo nas Aldeias.

É importante ressaltar que há uma grande parceria entre o povo Xukuru, na pessoa de Guilherme Xukuru, e povo Pankararu, na pessoa de Alexandre Pankararu para lidar com as dinâmicas do campo do audiovisual.

Quanto ao povo Truká, em 2008, foi realizada uma oficina de edição pela equipe Vídeo nas Aldeias que teve como patrocinador o Banco do Nordeste – BNB. Essa oficina ocorreu com o intuito de editar o material filmado em junho de 2008, por Ana Claudia e Cícero Truká, que rendeu o filme Devotos de São Gonçalos. É um curta de 15 minutos sobre dois personagens da Ilha de Assunção, em Cabrobó.

Essas são as ligações construídas por cada povo com a área de audiovisual, conseguir ter acesso somente com os povos Pankararu e Xukuru, nas pessoas de Alexandre Pankararu e Guilherme Xukuru que relataram as mesmas dificuldades para propor projetos para o edital do Funcultura Audiovisual.

Os problemas relatados são a dificuldade de compreender as especificações do edital, cumprir os requisitos solicitados e após aprovação do projeto lidar com a prestação de contas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão das comunidades indígenas, na área audiovisual, possibilitou que pudessem exteriorizar, a partir de seu próprio olhar, suas realidades, deixando de serem objetos de observação para se tornarem protagonistas das suas histórias.

Desse modo, constitui-se um lugar privilegiado de reconhecimento e valorização da diversidade cultural dos povos indígenas, propiciando uma revisão de sua própria imagem e permitindo o seu reconhecimento para sociedade não indígena.

Já que a figura do índio é na maioria das vezes associada ao passado, no inconsciente coletivo da comunidade não indígena, os índios existiram no tempo da chegada dos portugueses e jamais são pensados como sujeitos contemporâneos.

Com um agravante quando se trata dos indígenas no Nordeste para maioria das pessoas a ideia parece ainda mais absurda.

A linguagem audiovisual também propiciar uma criação de redes de troca e colaboração entre os grupos étnicos, organizações parceiras e a sociedade não indígena.

Atualmente, os índios obtiveram algo que algumas décadas atrás se imaginava impossível: a auto-estima. Com esse sentimento renovado a auto-estima foi permitindo recobrar a identidade étnica, como uma realização individual e coletiva, mas também como cidadania reconhecida pela sociedade e pelo Estado. (LUCIANO, 2006)

Tem-se uma parcela significativa dessa situação de afirmação proporcionada pelas mídias feitas pelos seus parentes.

Percebe-se a importância da linguagem audiovisual para os povos indígenas como forma de se reafirmarem como grupos heterogêneos e com uma enorme diversidade cultural.

O 9° Edital do Programa de Desenvolvimento da Produção Audiovisual de Pernambuco 2015/2016 incorporou as discussões realizadas, no âmbito do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, conferindo pontuação extra para os aspectos referentes à igualdade de gênero, raça e inclusão das diferenças, trazendo maior detalhamento sobre os perfis das equipes envolvidas na realização dos projetos; profissionais mulheres, indígenas, negros e pessoas com deficiência. Nesse aspecto, ser diverso nada mais é do que ser diferente. Ser diferente sem ser desigual.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e Vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 57·94

ALMEIDA, Maria Regina Celestino Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. Revista História de Hoje, v. 1, n° 2, p. 21-39 – 2012.

DOS SANTOS, Lucian Gersem O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, 2006.

LARAIA, Roque. Cultura Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. 12ª edição.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1)

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos índios misturados – situação colonial, territorializações e fluxos culturais. Mana – Estudos em Antropologia Social, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, J. P. A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2004.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O nosso governo: os Ticuna e o poder tutelar. São Paulo/Brasília: Marco Zero/ MCT/CNPQ, 1998.

OLIVEIRA, Kelly. Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, 2013.

SILVA, E.H. Notas para uma história Xukuru. Recife: digitado: 34 p. 1998.

SILVA, Edson. Os índios no Nordeste e as pesquisas históricas: as influências do Pensamento de John Monteiro. Fronteiras e Debates ISSN 244 68215. Macapá, v. 2, n° 1, jan/jun. 2015.

http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas Acessado às 2h37min em 01 de novembro de 2016.

http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomas Acessado às 19h07min em 19 de novembro de 2016

http://www.cultura.pe.gov.br/canal/audiovisual/estudo-sobre-o-mercado-audiovisual-traz-dados-sobre-a-economia-do-setor-no-brasil/ Acessado às 00:59 em 08 de março de 2017.

Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasilia: OIT, 2011. 1 v.

Mapeamento e Impacto Econômico do Setor Audiovisual – 2016. Realizado por: APRO – Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas